



MAURA T. HEALEY
GOVERNOR

OFFICE *of the* GOVERNOR
BOSTON, MASSACHUSETTS

KIMBERLEY DRISCOLL
LT. GOVERNOR

Guia | Maio de 2026

Com relação à Seção 2 da Ordem Executiva nº 650:

Proibição de prisões sem mandado judicial em áreas privadas de instalações estaduais

Conforme confirmado na Ordem Executiva nº 650: Proteção do acesso a serviços essenciais e manutenção de comunidades seguras em Massachusetts (EO 650), os residentes de Massachusetts têm o direito de acessar serviços públicos essenciais e realizar trâmites com o estado sem medo ou intimidação, independentemente de sua origem nacional ou status migratório.

Com esse objetivo, a Seção 2 da EO 650 estabelece: Salvo quando autorizado por um mandado judicial válido, prisões civis realizadas por agentes federais de imigração não devem ocorrer em áreas não públicas de instalações estaduais. Os escritórios e agências do Poder Executivo devem garantir que o pessoal relevante esteja ciente desse requisito e receba treinamento sobre como interagir com agentes federais de imigração.

Este guia fornece respostas a perguntas frequentes sobre a implementação da Ordem Executiva.

Qual é o propósito da Ordem Executiva nº 650 em relação às prisões em instalações estaduais?

O objetivo da EO 650, Seção 2, é prevenir prisões civis sem mandado judicial em áreas privadas de instalações estaduais, devido à exigência legal de possuir um mandado judicial para ingressar em espaços privados.

Como são definidas as prisões civis sem mandado judicial por agentes federais de imigração segundo a EO 650?

Uma prisão civil sem mandado judicial é uma prisão realizada com finalidade diferente de um processo penal ou encarceramento e que ocorre sem um mandado judicial válido. Em geral, para os fins da EO 650, uma prisão civil refere-se a uma prisão com fins de fiscalização migratória.

Especificamente, a EO 650 define prisão civil como:

“Prisão civil” inclui: “uma prisão que não tem como propósito único ou principal preparar a pessoa sujeita a essa prisão para um processo penal, por uma suposta violação da lei penal de: (A) o Estado (Commonwealth) ou outra jurisdição dentro dos Estados Unidos, para a qual a lei autoriza pena de prisão; ou (B) os Estados Unidos, para a qual a lei autoriza pena de prisão e para a qual a legislação federal exige uma apresentação inicial perante um juiz federal, magistrado federal ou outro funcionário judicial, conforme as regras federais de processo penal que regem tais apresentações iniciais.”

A EO 650 define mandado judicial da seguinte forma:

“Mandado judicial”: uma ordem de prisão ou outra ordem judicial emitida por um juiz ou magistrado que integra o poder judiciário do governo estadual ou federal, autorizando uma prisão.”

Agentes federais de imigração podem possuir ordens administrativas emitidas pelo Departamento de Segurança Interna ou outra agência federal, que autorizam uma prisão civil.

Ordens administrativas não são mandados judiciais e não devem ser tratadas como tal.

Lembre-se: Um mandado judicial:

1. É assinado por um juiz ou magistrado;
2. É emitido por um tribunal (não pelo Departamento de Segurança Interna);
3. É baseado em causa provável.

Um mandado judicial pode assumir diversas formas, mas deve incluir o cabeçalho de um processo judicial, o nome do tribunal e a assinatura de um juiz. Também pode se apresentar como uma intimação ou ordem de comparecimento (*subpoena*).

A proibição de prisões civis sem mandado judicial por parte de agentes federais de imigração inclui agentes federais que trabalham junto ou em coordenação com funcionários do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE) e/ou da Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP)?

Sim. Para os fins da Ordem Executiva, “agente federal de imigração” inclui agentes do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE), da Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) e de qualquer outra agência federal que trabalhe em conjunto com o ICE ou o CBP. A seguir, apresenta-se a definição de “agente federal de imigração” segundo a EO 650:

“Um agente do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE), da Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP), qualquer agência similar ou sucessora, ou qualquer outra agência federal de aplicação da lei responsável pela aplicação das leis de imigração civil ou que trabalhe em coordenação com o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas ou a Alfândega e Proteção de Fronteiras.”

Para os fins da Ordem Executiva, as instalações estaduais são qualquer edifício, ou parte dele, que seja de propriedade, esteja arrendado, ocupado, controlado ou utilizado para fins oficiais por um escritório ou agência do Poder Executivo estadual.

Isso inclui secretarias executivas como a Secretaria Executiva de Saúde e Serviços Humanos, a Secretaria Executiva de Habitação e Comunidades Habitáveis e a Secretaria Executiva de Serviços para Veteranos, bem como agências estaduais como o Departamento de Assistência Transitória.

Alguns exemplos de “instalações estaduais” incluem, entre outros:

- Escritórios administrativos de agências do Poder Executivo (por exemplo, Ashburton Place, escritórios estaduais em Pittsfield)
- Abrigos da EOHLC (por exemplo, abrigos familiares de assistência de emergência administrados por contratados do estado)
- Hospitais públicos (por exemplo, Shattuck, Hospital Estadual de Taunton)
- Instalações de saúde mental operadas pelo estado
- Escritórios do DTA (Departamento de Assistência Transitória)
- Escritórios do RMV (Registro de Veículos Motorizados)
- Casas de veteranos operadas pelo estado (por exemplo, Casa de Veteranos de Holyoke)
- Habitação pública estadual
- Casas de acolhimento operadas pelo estado (por exemplo, casas do DDS, DYS ou DCF)
- Abrigos do DMH
- Instalações de tratamento de abuso de substâncias operadas pelo DPH e pelo DMH

A que tipos de edifícios esta Ordem Executiva não se aplica?

A EO 650 não se aplica a edifícios, ou partes deles, que sejam controlados ou utilizados por outros ramos do governo, incluindo o Poder Judiciário, quase-agências, municípios, escritórios de xerifes (sheriffs), escolas ou faculdades e universidades públicas, incluindo a Universidade de Massachusetts.

Por lei, a EO 650 aplica-se apenas a instalações estaduais sob o controle de escritórios ou agências do Poder Executivo estadual. No entanto, recomenda-se fortemente que outros ramos do governo e entidades não sujeitas à EO 650 sigam estas diretrizes.

Quais são alguns exemplos de áreas não públicas (ou privadas) de “instalações estaduais” onde não são permitidas prisões civis sem mandado judicial, de acordo com a Seção 2 da Ordem Executiva?

As áreas não públicas ou “privadas” das instalações estaduais são fechadas ao público. Geralmente, são espaços onde:

Os funcionários precisam de um crachá ou identificação para entrar;

- É necessário obter autorização de segurança após registro;
- Um cliente ou membro do público não pode entrar sem ser autorizado por meio de um interfone ou porta com acesso controlado;
- Um cliente ou membro do público não pode entrar sem autorização por meio de um interfone ou porta com acesso controlado; e é um local onde um cliente ou membro do público recebe serviços.

Exemplos de áreas não públicas ou “privadas” em instalações estaduais incluem, entre outros:

- Áreas de um escritório local do DTA onde o pessoal trabalha e se reúne com clientes;
- A unidade habitacional atribuída a uma família;
- Partes de hospitais públicos, instalações de saúde mental operadas pelo estado ou residências para veteranos que não estão abertas ao público, como quartos de pacientes.

O que devo fazer se eu vir alguém sendo preso em uma área privada de uma instalação estadual sem um mandado judicial?

A coisa mais importante que um espectador ou observador deve fazer é documentar o que está acontecendo, fazendo boas anotações e/ou gravando vídeo, se se sentir seguro e confortável para isso. Observadores nunca devem interferir nas atividades das autoridades.

Se alguém for preso em violação da EO 650, o advogado dessa pessoa vai querer saber quem estava presente, o que ocorreu, onde ocorreu, quando ocorreu e quantos agentes estavam envolvidos. Também é importante anotar os nomes das testemunhas e qualquer informação que ajude a identificar os agentes envolvidos (como números de identificação ou placas de veículos).

Qualquer anotação ou evidência que você coletar ao presenciar uma violação dessa política poderá posteriormente ser utilizada em um tribunal, inclusive caso a pessoa presa busque sua liberação por meio de um pedido de habeas corpus.

Devo ligar para o 911 ou para a polícia estadual se eu achar que o ICE está violando ou violou a Ordem Executiva?

De modo geral, a polícia local e estadual não pode intervir nos esforços federais de fiscalização migratória, incluindo possíveis violações de uma ordem executiva estadual. Se você observar o que acredita ser uma violação da EO 650, deve reportar aqui:

<http://www.mass.gov/fedmisconduct>.

Além disso, qualquer pessoa que se considere afetada por uma violação de seus direitos constitucionais pode buscar reparação em um tribunal estadual ou federal.

Se você se encontrar em perigo iminente ou precisar de assistência imediata por qualquer motivo, não hesite em ligar para o 911.

Lembre-se:

- Os membros do público nunca devem tentar interferir fisicamente com as autoridades.
- Os membros do público devem, se se sentirem seguros e confortáveis, anotar detalhes sobre um incidente, incluindo os números de identificação dos agentes e anotações das conversas entre o pessoal e os agentes, bem como considerar tirar fotos ou gravar vídeos a uma distância segura.

